



PONTO A PONTO

• POLÍTICA EXTERNA

60% dos brasileiros acreditam que o presidente Lula (PT) "exagerou" ao comparar a atuação de Israel na Faixa de Gaza ao holocausto, segundo levantamento da Genial/Quaest.

• RENDA SALARIAL

A renda do trabalho dos brasileiros em 2023 aumentou 11,7%, o melhor resultado desde 1995, após o Plano Real. O levantamento foi calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

• ECONOMIA

Nos próximos 12 meses, o pessimismo em relação à economia durante o governo Lula cresceu. De acordo com a pesquisa realizada pela Genial/Quaest, houve um aumento de 6% no último mês, elevando para 31% o número de pessoas que acreditam em uma piora.

• LIBERDADE ECONÔMICA

O Brasil foi classificado em 124º lugar no Índice de Liberdade Econômica da Heritage Foundation, em uma lista de 184 países. Na comparação com o ano anterior, a nota do Brasil caiu 0,3 ponto, atingindo 53,2 pontos em uma escala de 0 a 100, mas o país subiu três posições em virtude da deterioração maior de outros países.

• IGUALDADE DE GÊNEROS

A paridade salarial aumentou 6,7 pontos na última década, alcançando 78,7 em 2023, de acordo com o Observatório Nacional da Indústria. O estudo analisa a paridade de gênero em uma escala padronizada de 0 a 100, e considera que quanto mais próximo de 100, maior a equidade entre mulheres e homens.

• REGULAMENTAÇÃO DE APLICATIVOS

Pesquisa do Datafolha realizada com trabalhadores de aplicativos apontou que 4 em cada 10 se identificam como sendo de direita, enquanto apenas 2 em cada 10 se identificam como de esquerda. Além disso, 76% dos entrevistados não são sindicalizados e não têm intenção de se sindicalizar, como pretende projeto encaminhado pelo Ministério do Trabalho.

Mandato Fixo do STF



FONTE: O Globo - Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União/AP), escolheu na semana passada a senadora Tereza Cristina (PP/MS), líder de seu partido no senado, para ser a relatora da PEC 16/2019, que propõe criar um mandato fixo de 8 anos para ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), sem possibilidade de recondução.

A proposta é uma das prioridades do Senado neste ano. De autoria do senador Plínio Valério (PSDB/AM), o texto estabelece também que o presidente da República terá o prazo de 30 dias para indicar um ministro a partir do dia da aposentadoria do magistrado que estiver deixando a Corte.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), é um dos entusiastas da PEC. Já afirmou que esse é um dos temas que terão celeridade em 2024. O que deve alongar o debate é o prazo do mandato fixo para ministros do STF. Os senadores não têm um consenso sobre o tempo que deveria durar. O senador Ciro Nogueira (PP/PI), por exemplo, acredita que um mandato ideal seria entre 15 a 20 anos.

Pesquisa do **Ranking dos Políticos** divulgada em fevereiro apontou que 57,1% dos Senadores aprovam o avanço da proposta, enquanto 14,3% não sabem e 28,6% se declaram de forma contrária.



TENDÊNCIA: Aprovação na CCJ com emendas

PEC das Drogas



FONTE: O Globo - Presidente do Senado Federal Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

A PEC 45/2023, que propõe tornar crime a posse e o porte de drogas, está agendada para votação nesta quarta-feira (13) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. A data foi definida durante reunião de líderes partidários com o presidente da casa, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), na última quinta-feira (7).

Na CCJ, o relator da PEC é o senador Efraim Filho (União/PB), que propõe diferenciação entre traficante e usuário, estabelecendo penas alternativas para este último. Este debate coincide com análises em curso no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a questão do porte de drogas. Na última semana, o STF retomou e suspendeu o julgamento que discute se o porte para consumo próprio, e os critérios para essa definição, deve ser considerado crime. O ministro Dias Toffoli, do STF, pediu mais tempo para análise na quarta-feira (6), e ainda não há uma data definida para a retomada do tema pelo Supremo. Até agora, o placar está em 5 a 3 para descriminalizar o porte apenas da maconha para consumo pessoal.

Senadores da oposição se reuniram com Pacheco na terça-feira (5) para pressionar pela votação da proposta na CCJ. No Plenário, na quarta-feira, parlamentares também defenderam a proposta. O líder da Oposição, senador Rogério Marinho (PL/RN), expressou preocupação com o atual placar no STF, afirmando que isso pode abrir caminho para a efetiva liberação da droga e suas consequências sociais.

Pacheco, é favorável à criminalização do porte e posse de drogas e é o primeiro signatário da PEC. Ele apoia que o Senado vote a PEC caso o resultado no Supremo afete a legislação atual. Para Pacheco, a proposta busca estabelecer uma consequência jurídica para o porte para consumo próprio e incentivar uma política de rejeição às drogas no país.

Acordo Mercosul e União Europeia

O presidente da Espanha, Pedro Sánchez, se reuniu com o presidente Lula (PT) no Brasil na semana passada, em Brasília. Eles discutiram o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, as relações bilaterais e os conflitos em curso na Ucrânia e na Faixa de Gaza. No ano passado, o presidente brasileiro esteve em Madri.

Lula disse ao final da reunião que ainda acredita que o acordo comercial entre Mercosul (Bloco Econômico da América do Sul) e União Europeia será assinado, mesmo reconhecendo a crescente oposição da França devido à pressão de seus agricultores. Na coletiva de imprensa ao lado de Sánchez, no Palácio do Planalto, Lula afirmou que ambos os blocos precisam do acordo e indicou que não é necessário o apoio francês para sua conclusão.

O presidente petista tem tentado destravar as negociações em torno do acordo econômico, que já se arrasta há mais de 20 anos, tendo sido a principal pauta durante sua visita em Berlim, em dezembro de 2023. Em 2019, o tratado chegou a ser assinado, mas não foi ratificado pelos dois blocos e, portanto, não entrou em vigor.

A expectativa propagada pelo governo Lula era de que as negociações fossem concluídas durante a presidência do Brasil no Mercosul, entre julho e dezembro do ano passado. No entanto, as tratativas esbarraram na resistência da França e na ameaça da Argentina de deixar o bloco sul-americano. Além disso, um dos maiores empecilhos para a não conclusão do acordo são os protestos de agricultores europeus que dizem estar sendo prejudicados por importações baratas de países que não respeitam os altos padrões ambientais da Europa.

A tendência é que o acordo não avance neste ano, apesar dos esforços feitos por membros do parlamento europeu e do presidente brasileiro, pois a França e os agricultores europeus entendem que o acordo não é tão benéfico para eles como são para os brasileiros. Este fator ocorre por considerarem que o Brasil possui mais terras agricultáveis do que eles.

Ministro do Trabalho

Algumas empreitadas promovidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego têm gerado desgaste na relação com parlamentares.

Uma delas ocorreu em novembro de 2023, quando o Ministério publicou portaria que estabelece a obrigatoriedade para todas as empresas enviarem o Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios. Recentemente, duas das principais frentes parlamentares, a de Comércio e Serviços (FCS) e a do Empreendedorismo (FPE) realizaram reuniões para debater a medida. O presidente da FPE, deputado Joaquim Passarinho (PL/PA), expressou preocupação com a medida, afirmando que a portaria apresenta diversas lacunas jurídicas, o que gera custos e insegurança para o setor produtivo.

Diversos parlamentares criticaram veementemente a ação do ministro Luiz Marinho (PT), considerando-a antidemocrática, uma vez que o ministro não consultou o Congresso Nacional e utilizou uma abordagem que consideram “eleitoreira” para angariar apoio para o governo.

Outro motivo de descontentamento com o ministro no Congresso ocorreu devido a outra portaria, que proíbe o trabalho aos domingos e feriados. A bancada empreendedora mobilizou-se para negociar com o ministro, resultando no adiamento da entrada em vigor desta. No entanto, o acordo inclui a aprovação, no Congresso, de um projeto que reintroduz formas de financiamento para sindicatos.

Nesta segunda (4), o presidente Lula encaminhou projeto de lei que regulamenta o trabalho de transporte por aplicativos, que não foi bem recebido pelo próprio setor que busca atender.

A Federação Brasileira de Motoristas de Aplicativos (Fembrapp) e a Associação dos Motoristas de Aplicativos de São Paulo (AMASP) afirmaram, em comunicado, que a proposta é prejudicial para os trabalhadores.

A área de comunicação do governo Lula (PT) avalia que o PL não foi devidamente compreendido pela população que será impactada pela regulamentação da profissão de motoristas de aplicativo, e há a percepção de que Marinho não tem sabido transmitir sua agenda de forma adequada.

Em resposta, o governo planeja utilizar as redes sociais para esclarecer melhor o conteúdo do PL dos Apps. As campanhas devem começar a ser veiculadas já na próxima semana conjuntamente com o início da tramitação do projeto no parlamento.

Popularidade de Lula



FONTE: Poder 360 - Presidente Lula (PT)

Em pouco mais de um ano de governo, o presidente Lula (PT) viu seus índices de desaprovação caírem. O atual governo tinha em março do ano passado um índice de aprovação de 41% e 24% de rejeição, no entanto o cenário mudou a partir do segundo semestre do ano passado, segundo a Ipec.

Em dezembro o índice de aprovação era de 51%, porém com a nova pesquisa, caiu para 49%, enquanto sua desaprovação subiu de 43% para 45%. Além disso, apenas 33% consideram que o atual governo é bom, sendo que em dezembro eram 38%. A avaliação regular e ruim de sua gestão cresceram 2%, 33% e 32%.

Alguns fatos explicam a mudança de cenário. A afirmação de Lula comparando os ataques de Israel no conflito envolvendo o Hamás na Palestina com o Holocausto Nazista explica parte da deterioração recente, em especial entre o público evangélico. Outro fator apontado e que explica parcela da queda entre a população sulista é que ao longo das enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul no ano passado, o presidente Lula não visitou nenhuma das cidades afetadas, e demorou a manifestar-se a respeito.

O último deles foi o fator economia, pois, para muitos a economia piorou com o aumento do preço dos alimentos e o preço da gasolina. Assim, Lula tem tentado dialogar com membros do parlamento e do setor produtivo para achar uma saída para que a população volte a confiar na economia proposta pelo governo.

Presidência do Senado

Na semana passada, o presidente Lula (PT) reforçou durante o encontro entre os líderes partidários que apoiará o senador Davi Alcolumbre (União/AP) para o comando do Senado em 2025. A manifestação aconteceu durante o “happy hour” promovido por Lula aos senadores da base do governo e ministros na terça-feira passada no Palácio da Alvorada.

De acordo com líderes que compareceram à confraternização, Lula teceu elogios ao nome do atual presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal. Mesmo sem cargo de liderança no Senado, Alcolumbre também compareceu ao encontro. Apesar de não liderar nenhuma bancada no Congresso, ele é o principal nome na disputa pela sucessão de Rodrigo Pacheco (PSD/MG) na presidência do Senado em fevereiro do ano que vem.

Alcolumbre já presidiu o Senado entre fevereiro de 2019 e fevereiro de 2021 e sua presidência foi bem avaliada pelos parlamentares. Além do apoio petista e dos senadores da base governista, o nome do senador é bem aceito pelos demais senadores por entender que ele seguirá a mesma linha do atual presidente do Senado Federal.

Lula realizou o encontro com os líderes do Senado para tentar amenizar as crises entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional. Além disso, durante o encontro foram debatidas proposições de interesse do Planalto. O encontro também contou com a participação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e do ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT).

A oposição defende o lançamento de nome próprio, como o do líder do grupo, senador Rogério Marinho (PL/RN), que disputou a presidência da Casa em 2023 contra Rodrigo Pacheco e conquistou 32 votos.

Membros do PSD afirmam que a senadora Eliziane Gama (MA) tem indicado o desejo de se colocar como candidata à sucessão de Pacheco em 2025; o partido conta com 15 senadores. Já alas do MDB defendem o lançamento de nome próprio, com as negociações capitaneadas por Eduardo Braga (AM). Entre os nomes está o de Renan Calheiros (AL), que presidiu o Senado em três ocasiões.

Reforma Tributária



FONTE: Metrôpoles - Ministro da Fazenda Fernando Haddad (PT)

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), confirmou na semana passada que os projetos de regulamentação da reforma tributária sobre o consumo serão enviados ao Congresso Nacional até o fim deste mês. Ele declarou que depende das conversas de Estados e municípios para definir os temas do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços).

No fim de janeiro, o governo criou 19 grupos de trabalho com estados e municípios para regulamentar a emenda constitucional da reforma tributária promulgada no ano passado. Os grupos temáticos tratam de temas como cesta básica e cashback, comitê gestor, imposto seletivo e Zona Franca de Manaus. Integrantes das frentes parlamentares do agronegócio, empreendedorismo e do comércio querem ampliar a influência do Congresso e reduzir o poder do governo sobre as alíquotas de impostos.

Os parlamentares devem apresentar nos próximos dias um projeto de lei complementar que pretende demandar que estes percentuais sejam estabelecidos para cada produto e não um valor geral para um setor. Na visão dos parlamentares, sobretudo de oposição, é que a redação da emenda constitucional possibilita que o governo crie impostos para setores ou tipos de produtos de maneira mais genérica.

Fernando Haddad disse que se posicionará formalmente sobre assuntos relacionados ao imposto após o término dos trabalhos de um grupo técnico constituído para analisar a regulamentação do tema, mas lembrou que já compete ao Congresso uma série de atribuições relacionadas a isso, inclusive a participação na definição de alíquotas.



TENDÊNCIA: Envio de PL em Março

Lula e Venezuela

O presidente Lula (PT) disse na semana passada durante coletiva de imprensa que está feliz com a convocação de eleições presidenciais na Venezuela pelo regime controlado por seu aliado político Nicolás Maduro. A declaração foi dada antes de Lula encontrar o primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sanchez.

Durante o discurso, o presidente brasileiro alertou para uma possível retaliação por parte da oposição após o resultado das eleições venezuelanas que estão marcadas para o dia 28 de julho. Lula usou essa fala para mencionar os atos ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023, onde houve uma manifestação da população que era contra o resultado das eleições. Assim, ele disse que de nada vale haver uma eleição presidencial com um resultado justo das urnas eletrônicas e a população não aceitar.

Lula também foi questionado sobre o processo eleitoral ser ou não confiável e se teria candidatos de oposição concorrendo ao pleito. O presidente brasileiro respondeu prontamente dizendo que Maduro garantiu durante a reunião da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) ocorrida no mês passado que a Venezuela irá convocar membros do mundo inteiro para acompanhar a eleição e garantir sua isonomia.

Apesar da declaração, não há nenhum candidato de oposição a princípio. Os dois candidatos de oposição estão inviabilizados de concorrerem à eleição. São eles: Maria Corina Machado, líder da oposição no país, que o Supremo Tribunal de Justiça ligado a Maduro cancelou sua candidatura e a ativista Rocío San Miguel, que foi presa sob a acusação de conspiração.

A Venezuela necessita realizar eleições diretas para mostrar, tanto à sua população, quanto para a comunidade internacional, que é um país democrático. O pleito abarca as situações comerciais e econômicas do país, pois hoje, sofre com diversas sanções devido a falta de um processo eleitoral confiável aos olhos dos demais Estados do mundo.

MP do Desenrola



FONTE: Poder 360 - Ministro Márcio França

O Ministério da Fazenda deve encaminhar a Medida Provisória (MP) do Desenrola para Empresas para o Ministério do Empreendedorismo nos próximos dias. A MP era esperada que fosse enviada na semana passada para o órgão sob o comando do ministro Márcio França, que fará suas considerações em relação ao texto e devolverá a medida para que o ministro Fernando Haddad possa enviar para a Casa Civil.

No entanto, os deputados estão se articulando para que a matéria não seja regulada por meio de medida provisória do Poder Executivo, pois eles entendem que o tema deve ser tratado por meio de projeto de lei do Poder Legislativo. Na iminência das articulações do Planalto em aprovar a matéria por meio da MP, o deputado Zé Neto (PT/BA) apresentou na semana passada um requerimento de urgência para votar o PL 4.857/2023, que institui um programa de renegociação de dívidas semelhante ao Desenrola para empresas.

O PL nº 4.857/2023 está em tramitação na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados (CICS) e está aguardando designação de relator. Além disso, a matéria tramita de forma conclusiva pelas comissões, ou seja, ela não precisa ser aprovada em plenário para ser enviada para o Senado Federal. Caso seja aprovada pela CICS, o texto será enviado para a Comissão de Constituição e Justiça e posteriormente para o Senado Federal.

O Ministro Márcio França disse na semana passada que está dialogando com os congressistas para que a MP seja semelhante ao PL do dep. Jorge Goetten. Ele entende que se não fosse o esforço dos parlamentares para que o texto fosse aprovado de forma urgente, o tema não teria avançado.



TENDÊNCIA: Envio de Medida Provisória em março

Presidência das Comissões



FONTE: Câmara

Na quarta-feira (6), o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), convocou os parlamentares para instalar as comissões e eleger os seus presidentes. Das 30 comissões permanentes na Casa, foram instaladas 19 delas, com a eleição das demais a ocorrer nesta semana.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) é a que mais chama atenção na Câmara pelos assuntos que são tratados em seu âmbito, pois passam as análises de quase todas as propostas em tramitação e, além disso, o colegiado é responsável por analisar temas jurídicos e eventuais processos de impeachment contra o presidente da República.

A comissão atraiu olhares após a deputada Caroline de Toni (PL/SC) assumir o posto de presidente. Para o governo, tratou-se de uma derrota, pois houve a tentativa de um acordo com os partidos de centro para que um “bolsonarista do PL” não assumisse a CCJ em 2024. A percepção deste grupo é de que de Toni é “radical” e “muito próxima” em relação ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Outra comissão que chamou atenção foi a de Educação, pois o deputado Nikolas Ferreira (PL/MG) foi eleito para presidir. Na visão do governo, a decisão foi fruto de uma falha na articulação de parte do PT, que tentava impedir que o parlamentar indicado pelo PL ocupasse o posto. Os petistas alegaram que o partido oposicionista teria quebrado um acordo estabelecido e feito a indicação de última hora para ten-

tar barganhar com o PT pela vice-presidência no colegiado de Saúde.

O ano de 2024 nas comissões tende a ser repleto de diversos debates entre os parlamentares da base governista e de oposição, principalmente nas Comissões de Saúde, cuja presidência está com o PT, de Constituição e Justiça e de Educação.

Confira alguns dos presidentes já eleitos das principais comissões:

- Comissão de Constituição e Justiça, presidida por Caroline de Toni (PL/SC)
- Comissão de Educação, presidida por Nikolas Ferreira (PL/MG)
- Comissão de Previdência e Família, presidida por Pastor Eurico (PL/PE)
- Comissão de Segurança Pública, presidida por Alberto Fraga (PL/DF)
- Comissão de Relações Exteriores, presidida por Lucas Redecker (PSDB/RS)
- Comissão de Saúde, presidida por Dr. Francisco (PT/PI)
- Comissão de Direitos Humanos, presidida por Daiana Santos (PCdoB/RS)

Em destaque no Ranking

● CAMPANHA DE FINANCIAMENTO COLETIVO

Para reforçar a atuação, o **Ranking dos Políticos** lançou campanha de financiamento coletivo para microdoadores. A campanha está na plataforma Apoia-se, em que qualquer valor pode ser doado.

Entre iniciativas que a campanha contribuiu para o **Ranking dos Políticos** está a criação de nossa Newsletter e contratação de uma assessoria de imprensa. Um muito obrigado especial! [Para contribuir também, acesse aqui.](#)

● CAMPANHA DO RANKING CONTRA O PL DA CENSURA

O Ranking dos Políticos produziu um vídeo em que conta um pouco da atuação da instituição de forma contrária ao PL da Censura ao longo de 2023. [Assista neste link.](#)

● BOLETIM DA LIBERDADE - 7ª EDIÇÃO

O **Ranking dos Políticos** foi finalista como organização do ano na 7ª edição do Prêmio Boletim da Liberdade. Agradecemos todo o apoio que conquistamos e reconhecimento pelos [resultados alcançados](#). Em 2024, continuaremos trabalhando para que a atuação do Congresso Nacional seja motivo de orgulho para os brasileiros.

PARLAMENTAR DA SEMANA



Deputada Caroline de Toni (PL/SC)

Caroline de Toni é uma política brasileira que atualmente está em seu segundo mandato como deputada federal por Santa Catarina. Ela se destacou por ser a deputada mais votada no estado. Na Câmara, teve participação ativa em diferentes funções. Foi vice-líder do governo em 2019 e também ocupou o cargo de 3ª Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Além disso, foi relatora de projetos importantes, como a PEC da Prisão em 2ª Instância, o MEI Caminhoneiro e a Lei 13.968/19, que tipificou o crime de incitação ao suicídio e à automutilação. Foi eleita para presidir a Comissão de Constituição e Justiça para o ano de 2024.

RANKING DOS POLÍTIOS

Desde 2011 o Ranking dos Políticos tem como propósito trazer transparência para o desempenho e performance dos representantes no Congresso Nacional, de forma apartidária e independente.

A pontuação atribuída aos políticos no Ranking é determinada estritamente com base em sua atuação, com critérios bem definidos que incluem **antidesperdício**, **anticorrupção** e **antiprivilégios**.

Nossa área de inteligência promove ainda pesquisas e estudos com a finalidade de promover a educação cívica dos brasileiros, como o Radar Político.

Equipe técnica:

 Juan Carlos

 Danylo Shimano

 Luan Sperandio

 Tales Pauletti

Projeto Gráfico:

 Tamyres Meyer



www.politicos.org.br



contato@politicos.org.br
(27) 99511-4187
(61) 98196-4778

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1811, sala 1012
Jardim Paulistano/SP - CEP: 01452-001

Ajude a garantir a sustentabilidade do maior projeto de melhoria do Congresso Nacional brasileiro.



FAÇA UMA DOAÇÃO!

Associação Voto Real / CNPJ 15.747.906/0001-41
Santander - Agência 2182 c/c 13065225-9
apoia.se/rankingdospoliticos

Mantenedores:

